

## **Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas**

N.º 12 / 2021 / GAL Pescas Mondego Mar

**Tipologia:** Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos

**Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto**

---

No âmbito do Mar 2020, de acordo com o artigo 4º da Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto, que aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, ao abrigo da Prioridade, Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial, são suscetíveis de apoio, entre outras, as operações destinadas à Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos.

A Estratégia de Desenvolvimento Local do GAL Pescas Mondego Mar valoriza a promoção e exploração sustentável dos recursos locais, bem como a valorização do património local, como elementos-chave de desenvolvimento das comunidades piscatórias locais. Assim, muitas das ações que têm vindo a ser implementadas, na concretização desta Estratégia, prosseguem este mesmo objetivo. Nesta fase final de concretização desta Estratégia, importa ainda criar condições para que futuras iniciativas de desenvolvimento do Território de Intervenção, possam vir a ser concretizadas beneficiando para tal de ter sido oportuna e adequadamente criadas as condições e os meios que permitam responder prontamente a esses novos desafios.

No quadro de uma gestão ambiental que permita o uso e preservação da orla costeira e dos planos/cursos de água, ganha cada vez mais relevância e realização de intervenções que garantam um equilíbrio ambiental. Neste contexto, devem ser criadas condições que permitam capacitar os atores locais a prestar uma resposta adequada às externalidades que são causadas no uso desses espaços, de modo a promover a sua preservação.

Na utilização deste espaço, merece destaque a referência à Arte Xávega enquanto atividade económica e com elevado valor cultural que apresenta interligação com atividades de caráter turístico que resultam numa melhoria de rendimento e qualidade de vida para as populações locais. O facto de a atividade da Arte Xávega ser realizada a partir da praia origina a deposição de resíduos na praia, que importa remover por forma a manter a praia limpa e aberta ao usufruto da comunidade e turistas. Para que esta limpeza seja realizada é necessário dispor de meios mecânicos para que, de forma articulada com ações de sensibilização e proteção ambiental, se alcance uma preservação do espaço que harmonize diferentes usos da orla costeira, em torno de um Património gerador de riqueza.

Adicionalmente, verifica-se que importantes recursos naturais, compreendendo as águas interiores, muitas vezes se apresentam ameaçados pela presença de espécies exóticas e invasoras que torna urgente uma intervenção que reponha o equilíbrio ambiental deste Património. Para este efeito, torna-se necessário dispor de equipamentos para controlo e recolha dessas espécies (ex: jacinto de água).

Esta intervenção estruturada de capacitação, deve permitir assegurar a aquisição dos equipamentos fundamentais a uma adequada resposta às múltiplas necessidades identificadas (ex: trator, máquina de

limpeza, embarcações, veículos anfíbios de recolha, reboque e equipamentos complementares) para permitir uma efetiva conservação ambiental. Acresce, que o facto de os planos de água apresentarem formações diversas (ex: lagoas, ribeiras e linhas de água) obriga a que os equipamentos apresentem polivalência e complementaridade para assim poderem ter uma utilização alargada e adequada aos diferentes recursos aquáticos (ex: máquinas tipo “carregadoras/giratórias”) e que permitam o acesso a partir das margens para recolha e transporte das espécies invasoras. Igualmente os impactos das atividades humanas e das alterações climáticas devem ser mitigados.

Com esta intervenção o potencial destes recursos naturais deve ser objeto de uma gestão que conduza à sua valorização e preservação permitindo um desenvolvimento sustentável. Assim, importa potenciar a capacidade de intervenção para que os recursos naturais sejam explorados e conservados de modo sustentável e duradouro, constituindo um importante ativo ao serviço da comunidade e visitantes.

É neste contexto, que se procede à abertura de um aviso de convite dirigido ao Município de Mira, atendendo às suas competências e capacidades de atuação, que permita assegurar uma adequada intervenção no âmbito da Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos, com um prazo de execução previsto até final de 2022, como tal compatível com o encerramento do programa.

Em coerência com o disposto no artigo 11.º do citado Regime de Apoio, o presente aviso de convite rege-se pelos termos e condições seguintes:

## 1. Legislação Aplicável:

O presente Anúncio não dispensa a consulta de toda a regulamentação e orientações aplicáveis, nomeadamente:

- Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro
- Outras orientações técnicas aprovadas pela Autoridade de Gestão e divulgadas no respetivo sítio da internet

Assim, adota-se o presente aviso de abertura de candidatura, cofinanciado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.

## 2. Objetivos e prioridades visadas:

O presente anúncio visa a apresentação de candidatura pelo Município de Mira, que contribua para promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social. A candidatura deverá traduzir a realização de um Projeto - preservação, conservação e valorização do património e recursos naturais e paisagísticos - que visa responder às necessidades identificadas:

- Compatibilizar diferentes usos da faixa costeira preservando o ambiente;

- Mitigar os efeitos das espécies invasoras em espaços aquáticos.

A intervenção a realizar deve apresentar-se alinhada com a EDL do GAL Mondego Mar.

### 3. Tipologia de operação a apoiar:

A tipologia de operação corresponde à Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos

- Neste domínio são suscetíveis de financiamento operações que visem intervenções que promovam a realização de ações em património edificado, natural e/ou simbólico, associado ao espaço marítimo, das quais decorra a melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores, assim como o bem-estar das correspondentes comunidades.

A operação deve preencher as condições previstas no artigo 5.º regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto.

### 4. Área geográfica elegível e indicadores de execução material:

A área geográfica do território de intervenção do GAL Pescas Mondego Mar, abrangida no presente aviso corresponde ao município/freguesias identificadas.

Concelho	Freguesia
Mira	Mira
	Praia de Mira

Indicador	Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada
Número de Operações apoiadas	32 (total para as oito tipologias de operação)
Número de postos de trabalho criados	18 (total para as oito tipologias de operação)

### 5. Beneficiários:

O Município de Mira, enquanto organismo público, tem competência/capacidade para intervir em termos ambientais, em áreas como a orla costeira, cursos e planos de água, podendo assim atingir os objetivos identificados.



## 6. Despesas elegíveis e não elegíveis:

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas estão definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro e fixadas na OTE nº2/2017 e suas atualizações. Sem prejuízo do anteriormente referido fixam-se as seguintes regras de elegibilidade:

- Podem ser elegíveis, outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação/investimento desde que diretamente relacionadas com a operação;
- As despesas são elegíveis desde que faturadas e pagas até 31 de dezembro de 2022, sem prejuízo de eventuais dilatações temporais pontuais que possam vir a ser aceites.

## 7. Dotação orçamental:

A dotação orçamental, em termos de apoio público, é de € 450.000, dos quais 85% correspondem à comparticipação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

## 8. Número máximo de candidaturas admitidas por beneficiário:

É admitida uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

## 9. Forma e local de apresentação de candidaturas:

A candidatura é apresentada online, através do site do Balcão 2020 (<http://balcao.portugal2020.pt>), no período compreendido entre os dias 23 de dezembro de 2021 e 14 de janeiro de 2022.

## 10. Critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas e ponderação:

A seleção, análise e decisão da candidatura, no âmbito do presente Aviso, será efetuada nos termos dos artigos 5.º e 7.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto.

A candidatura devidamente submetida deve cumprir as condições de elegibilidade da operação e do beneficiário, previstas nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto.

A candidatura é pontuada de acordo com o estabelecido para obter a Pontuação Final da Operação (PF) para a qual contribuem as apreciações seguintes:

- AT = Análise Técnica – valoriza a qualidade técnica objeto da operação;
- AE = Análise Estratégica - valoriza a contribuição da operação para os objetivos da EDL.

A fórmula a aplicar é a seguinte:

- Para operações de investimento elegível inferiores a 50.000€, ou apresentados por entidades públicas ou por empresários em nome individual, a AF não é exigível, sendo aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,5AT + 0,5AE$$

A candidatura é excluída, caso obtenha menos de 50 pontos na pontuação final (num total de 100) ou 0 pontos em qualquer das apreciações.

A forma de cálculo das pontuações da AT e da AE é definida no anexo I ao presente aviso.

#### **11. Forma, nível e limite dos apoios:**

Os apoios públicos revestem a forma de subvenção não reembolsável e são atribuíveis de acordo com o disposto no artigo 9º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016 de 5 de agosto.

Os apoios são concedidos sob a forma de subvenção não reembolsável sendo a respetiva contrapartida nacional assegurada pelo beneficiário.

Quando os serviços da administração central, regional e autárquica, os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados, os fundos públicos, as associações públicas exclusivamente constituídas por pessoas coletivas de direito público, bem como as empresas públicas e outras entidades integradas no setor público empresarial, sejam entidades beneficiárias do FEAMP, suportam a contribuição pública nacional, equivalente a 15% do apoio público.

#### **12. Ponto de contacto para esclarecimentos de dúvidas:**

No site do Mar 2020 (<http://www.mar2020.pt>) estão disponíveis:

- a) Informações relevantes para o presente efeito, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Manual do Balcão do Beneficiário;
- c) Guia rápido de submissão de candidaturas;
- d) Manual de Beneficiário.

O site dispõe, ainda, de um canal de suporte <http://www.mar2020.pt/suporte/> que poderá ser utilizado para esclarecimento de qualquer dúvida.

Poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais junto do GAL-Pescas Mondego Mar, através do endereço [geral@adelo.pt](mailto:geral@adelo.pt) ou pelo telefone 231 419 550.

Cantanhede, 07 de dezembro de 2021

O Presidente do Órgão de Administração

  
(Emílio Augusto Ferreira Torrão)

## Anexo I – Critérios de Seleção

A AT é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

Ponderadores	Subponderadores	Ponderação	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AT1 Qualidade da operação	Relação entre a estrutura de custos e os objetivos prosseguidos	15	Totalmente adequado	100	Formulário, Memória descritiva e anexos
			Muito adequado	75	
			Adequado	50	
			Não adequado	0	
	Qualificação dos recursos humanos envolvidos	15	Totalmente adequado	100	
			Muito adequado	75	
			Adequado	50	
			Não adequado	0	
	Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação	20	Totalmente adequado	100	
			Muito adequado	75	
			Adequado	50	
			Não adequado	0	
AT2 Contributo da operação para os indicadores do Programa	Criação e/ou manutenção de emprego	(Não aplicável)	Totalmente adequado	100	Formulário, Memória descritiva e anexos
			Muito adequado	75	
			Adequado	50	
			Não adequado	0	
	Criação de empresas	(Não aplicável)	Sim	100	
			Não	50	
AT3 Operação prevê o acesso do público aos seus resultados	Interesse coletivo	25	Sim	100	
			Não	50	
	Beneficiário coletivo (Não aplicável)	Não aplicável	Sim	100	
			Não	75	
	Características inovadoras	25	Totalmente adequado	100	
			Muito adequado	75	
			Adequado	50	
			Não adequado	0	



### Operações sem fins lucrativos:

Deverá ser aferida a adequação dos pressupostos económico-financeiros e a sustentabilidade da operação.

A AE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

Ponderadores	Subponderadores	Ponderação	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AE1 Contribuição para os objetivos da EDL	De acordo com a tipologia de operação e de acordo com a EDL	65	Totalmente adequado	100	Formulário, Memória descritiva e anexos
			Muito adequado	75	
			Adequado	50	
			Não adequado	0	
AE2 Âmbito territorial	Impacto das ações a realizar	10	Regional	100	
			Local	75	
AE3 Contribuição para o cumprimento dos indicadores de realização	De acordo com os indicadores contratados	5	Totalmente adequado	100	
			Muito adequado	75	
			Adequado	50	
			Não adequado	0	
AE4 Contribuição para a sustentabilidade ambiental e inclusão social	De acordo com o impacto ambiental e social	20	Totalmente adequado	100	
			Muito adequado	75	
			Adequado	50	
			Não adequado	0	

